

FUGA DE CÉREBROS DO BRASIL PARA O EXTERIOR: É POSSÍVEL?

*Nilce da Silva**

Resumo

Desde 2002, o Grupo Acolhendo Alunos em Situação de Exclusão Social e Escolar¹ desenvolve seus trabalhos acerca da relação entre a escola e a migração de pessoas em situação de pouca ou nenhuma escolarização do nordeste para a cidade de São Paulo. A partir de 2005, outras perspectivas do fenômeno têm sido contempladas. Neste artigo, trataremos do brain drain — fuga de cérebros de brasileiros para o exterior, ou seja, emigração de indivíduos (pós)graduados para nações mais desenvolvidas. P. Bourdieu (capital cultural e exclusão no interior) é nosso referencial teórico. Consideramos que, tendo em vista a falta de investimentos na pesquisa e a estrutura

* Nilce da Silva é cientista social, com mestrado e doutorado na área da Educação. Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, coordena o grupo de pesquisa, ensino e extensão *Acolhendo Alunos em Situação de Exclusão Social e Escolar: o papel da instituição escolar* e é editora principal da Revista *Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa* (www.mocambras.org). E-mail: nilce@usp.br

1. Grupo de pesquisa, ensino e extensão certificado pela USP e apoiado pela FAPESP e pelo CNPq. Site: www.projetoacolhendo.org

burocrática das universidades, existem e existirão dificuldades para a formação de cérebros e, por isso, a impossibilidade da fuga está colocada no cenário brasileiro.

Palavras-chave

Fuga de cérebros, Brasil, burocracia, universidade, capital.

Abstract

Since 2002, the “Grupo Acolhendo Alunos em Situação de Exclusão Social e Escolar” (a group that supports students in social and school exclusion situation) has been developing studies involving the relationship between school and the migration of poorly or non-schooled individuals from the northeast of Brazil to São Paulo. From 2005 on, other perspectives on the phenomenon have been contemplated. This paper discusses “brain drain” — the departure of Brazilian brains to other nations, that is, the emigration of under/graduates to other more developed countries. P. Bourdieu (cultural capital and exclusion in the countryside) is our theoretical reference. We consider that, due to lack of investment in research, and the bureaucratic structure of colleges/universities, there are and there will be difficulties in the development of brains and, as a consequence, the impossibility of brain drain in the Brazilian scenario.

Key words

Brain drain, Brazil, bureaucracy, university, capital.

Considerações Iniciais

Um número considerável de adultos está em plena confusão, porque eles não sabem como fazer para vislumbrar seu futuro. Por outro lado, eles têm muitas vezes dificuldade em renunciar ao que haviam previsto fazer de sua vida no passado [...] Hoje é importante aceitar uma vida adulta acrescida pelos problemas postos pelas novas condições de existência. (Pierre Dominicé², 2006, p.354)

2. Todas as partes deste artigo começam com passagens de Pierre Dominicé, referência no âmbito da metodologia de pesquisa autobiográfica. Tal escolha deve-se ao fato

De acordo com Mármora (2006), (e)imigrar faz parte da constituição do ser humano, ou seja, não é fato novo na história da humanidade: egípcios recebiam mão-de-obra para suas construções faraônicas; gregos e romanos trasladavam sua população para ocupar territórios recém-conquistados; portugueses, ingleses, espanhóis, holandeses promoviam a vinda de seus conterrâneos para as colônias conquistadas. Entretanto, cabe ressaltar que diferentes lógicas orientam as movimentações humanas e variam de acordo com a época e os locais em que ocorrem.

Desde 2002, o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão *Acolhendo Alunos em Situação de Exclusão Social e Escolar: o papel da instituição escolar* — www.projeptoacolhendo.org —, certificado pela USP, com apoio da FAPESP e do CNPq, tem desenvolvido seus trabalhos acerca da relação entre a escola e a (i)emigração, pois preocupa-se com o movimento populacional que ocorre no interior do Brasil, a partir da década de 70, mais especificamente, do Nordeste para a cidade de São Paulo, de pessoas em situação de pouca ou nenhuma escolarização. Conceitos como: estigma, inserção, identidade, lusofonia, xenofobia têm sustentado teoricamente nossos trabalhos.

A partir de 2005, questionamos outras perspectivas acerca da relação entre (e)imigração e escola. Dentre elas, interessamo-nos pela emigração de brasileiros pouco escolarizados para o exterior, pela recepção de franceses em escolas brasileiras, pelas formas em que a cultura hebraica se mantém em determinadas escolas brasileiras, pela mobilidade de pessoas entre países da comunidade de língua oficial portuguesa, pela rede de tráfico de crianças e mulheres e também pela saída de brasileiros graduados ou pós-graduados para o exterior, movimento conhecido também como *brain drain* — fuga de cérebros — o objeto deste artigo.

Até então, resumidamente, do ponto de vista do Grupo Acolhendo, a escola tem sido vista como fator de inclusão perversa (cf. Bourdieu, 1998 e Foracchi, 1982) aos recém-chegados, nordestinos, ao local de recepção, cidade de São Paulo. Da perspectiva deste artigo, a escola, ou ainda, ter tido acesso à escola por um longo período da vida (gradua-

de que *conhecer as histórias de vida de (i)emigrantes* tem se mostrado metodologia de pesquisa adequada nos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo Acolhendo.

ção, pós-graduação) é o fator da expulsão das pessoas para outras terras, outros países, que lhes possibilitem melhores condições de vida profissional, familiar e pessoal. Sendo assim, de uma ou de outra maneira, a escola, em território nacional ou não, é uma instituição fundamental no cenário das migrações atuais.

Foi notícia amplamente divulgada na imprensa nacional e internacional a petição realizada na França, *Salvemos a pesquisa*, com mais de 70 mil assinaturas de pesquisadores e cientistas, em janeiro de 2004 — com o apoio da sociedade e também de mais de 1.300 diretores e 2.000 chefes de equipe — que pediram demissão de seus cargos em institutos de pesquisa franceses.

Esta manifestação, posicionamento dos pesquisadores na França diante da situação salarial e de investimentos na área da educação e da pesquisa vivenciada por eles, retrata o ambiente europeu que tem favorecido e promovido a saída de *cérebros* deste continente para outros países, em especial, os Estados Unidos da América do Norte. Isto porque, neste país, setores públicos e privados investem fortemente nestas áreas e oferecem excelentes condições de trabalhos nas universidades e centros de pesquisa, com carreira acadêmica, com perspectivas de futuro e com liberdade para os pesquisadores.

Na Europa, diferentes iniciativas têm sido tomadas para deter esta *fuga*, dentre elas destacamos: a contribuição financeira de empresas na pesquisa, aumento de verba governamental na mesma direção, além de variados incentivos traduzidos pela modalidade *prêmios* e tentativas de minimizar a burocracia no ingresso e na permanência na vida acadêmica.

Vejamos agora a situação brasileira.

Ciência, pesquisa e educação no Brasil: século XXI

Os diplomas não garantem mais o acesso a um posto de trabalho [...] Assim, quantos adultos não tiveram que aprender a 'refazer sua vida' enquanto imaginavam ter efetuado escolhas maduras e definitivas! (Pierre Dominicé, 2006, p.347 e 349)

Como conseqüência do movimento de europeus para os EUA, podemos admitir que outros cientistas, brasileiros inclusive, partem rumo à Europa para preencher as vagas deixadas, apesar de que indianos,

paquistaneses, dentre outros pesquisadores das antigas colônias não pertencentes ao mundo lusófono são priorizados, sobretudo pelo domínio da língua inglesa.

Esta situação, que desfavorece a ocupação destas vagas por brasileiros na Europa, do nosso ponto de vista, é o resultado, em grande medida, da dificuldade que a maioria dos países ex-colônias portuguesas têm em competir no sistema econômico mundial há muitos séculos.

Dito de outro modo, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste teriam, de um ponto de vista eurocêntrico, poucos cérebros para exportar. Isto porque o resultado do processo colonial português — amparado fortemente pela Inglaterra, principal beneficiária nestes pactos coloniais — fez com que suas economias se apoiassem na exportação de produtos agrícolas. Assim, os nossos países irmãos, como o próprio Brasil, sem exceção, têm produzido bens primários e, para conseguir importar bens de outros setores, têm recorrido, ao longo de suas histórias, a empréstimos de fundos internacionais que não permitem o seu desenvolvimento de fato, de modo que, praticamente, inexistente o investimento na escolarização da sua população. Em outras palavras, nestes países, há escassez de mão-de-obra qualificada.

Apesar das inúmeras adversidades, falemos agora do Brasil e, especificamente, dos muitos brasileiros que conseguem permanecer por muitos anos na escola e recebem diplomas universitários e títulos de mestre e doutor.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 10.000 doutores foram formados em 2006. Entretanto, boa parte deles poderá ficar desempregada. Vejamos parte de reportagem do *Jornal da Ciência* de janeiro de 2007:

Brasil tem mais doutores, mas não há empregos

No ensino superior, doutor é o que menos tem vaga no quadro docente [...] No momento em que a Capes anuncia que o Brasil atingiu a meta de formar 10 mil doutores ao ano em 2006, muitos titulados buscam espaço no mercado [...] Especialistas afirmam que nossa produção científica (1,8% do total mundial) precisaria dobrar para alcançar a média de países como Canadá e Itália, que, em 2005, detinham, respectivamente, 4,8% e

4,4%, segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (no topo, os EUA, com 32%).

[...] A maioria deles [dos doutores] — 70% — vai procurar emprego em universidades, segundo a Capes. O restante rumo para administração pública (10,9%), institutos de pesquisa (8,3%) e iniciativa privada (número incerto)³.

Infelizmente, sabemos que esta cruel realidade para os *vencedores* que conseguem obter o título de doutor no Brasil é apoiada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9394/96) que **não** exige a presença de doutores em cursos de graduação certificados pelo Ministério da Educação.

O artigo 52 da citada LDB afirma que as universidades devem ter *um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado OU [grifo nosso] doutorado*. Sendo assim, doutores são preteridos por mestres, tendo em vista os menores valores de hora-aula pagos a estes últimos. Ainda, os outros dois terços, dos quais nos fala o referido artigo, são ocupados por especialistas ou graduados, o que faz com que as universidades, faculdades, centro universitários privados (em torno de 2.141 estabelecimentos) aumentem seus lucros, ou, como dizem seus proprietários, diminuam seus *déficits* financeiros às custas do barateamento dos salários dos professores.

Além dos fatores apontados que poderiam contribuir para a *fuga* dos *poucos cérebros* brasileiros, destacamos as afirmações feitas pelo professor de Ética e Filosofia Política da Unicamp, Roberto Romano, em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em julho de 2003 acerca da Reforma Previdenciária pela qual passa o Brasil.

(...) a reforma da Previdência do governo Luiz Inácio Lula da Silva faz parte de um desestímulo programado para expulsar do país professores universitários. (...) a expulsão de cérebros do país não se resume apenas à reforma da Previdência em si, mas é reforçada pelos “ataques” do presidente Lula à universidade, ao criticar professores que se aposentam aos 55 anos de idade. (...) Pessoas tratadas como criminosos no seu país de origem e que recebem um salário quase de fome (...)

3. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=6320&FlagNoticias=1&Itemid=6469>

*que são estimuladas a trocar o Brasil pelas universidades norte-americanas ou européias*⁴.

Para o professor da UNICAMP, a política atual é definida como *política de terra arrasada* (sic) que deixa as universidades públicas sem recursos e forma um *exército intelectual de reserva* (sic) de baixo custo para os países ricos.

Segundo pesquisa sobre a migração de pesquisadores brasileiros, realizada entre 1993 e 1999, pelo presidente do Conselho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), Reinaldo Guimarães, quase 60% dos pesquisadores brasileiros que saíram do país foram para os Estados Unidos ou Canadá e 34% para a Europa.

Interessados neste debate apresentam propostas para que esta *fuga de cérebros* não ocorra no Brasil. Neste conjunto, podemos destacar a criação de mecanismos pelo governo, de forma que as empresas privadas financiem a pesquisa cujos resultados as beneficiarão diretamente.

De acordo com nossa argumentação, gostaríamos de pontuar, neste universo das 257 instituições públicas de ensino superior no Brasil, as sugestões feitas por Mayana Zatz, professora titular de Genética, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano e Pró-Reitora de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), no sentido do seu desafio como pró-reitora de pesquisa de colaborar com a melhoria das condições dos pesquisadores e de cientistas na USP.

A referida professora afirma que o crescimento de um país depende da ciência e da tecnologia desenvolvidas e o Brasil possui *cientistas inteligentes, criativos, idealistas e com um enorme potencial* (sic). Ela afirma que há a necessidade de: a) aumentar o entrosamento entre os pesquisadores e os formadores de recursos humanos bem como a colaboração nacional e internacional entre cientistas; b) aprender a trabalhar juntos, ou seja, somar competências nas diversas áreas; c) apoiar financeiramente os pesquisadores; d) valorizar a ciência e as produções dos cientistas; e) agilizar e desburocratizar a aquisição e a importação de material para as pesquisas; f) ter vontade política; g) implantar políticas em longo prazo; h) aumentar o investimento do governo, atrair recursos para a ciência também da iniciativa privada; i) criar leis de

4. <http://www1.folhauol.com.br/folha/brasil/ult96u51243.shtml> obtida em 16 de fevereiro de 2007.

incentivo à doação não só para o desenvolvimento de novas tecnologias de interesse econômico, com perspectivas de retorno imediato, mas também para a pesquisa básica e a formação de recursos humanos.

Em resumo,

temos que implantar políticas que incentivem a pesquisa pensando não só na Universidade, mas no Brasil. Em um país mais desenvolvido, com menos desigualdades sociais, viveremos todos melhor. Espero que a USP possa contribuir de maneira significativa para que isso aconteça⁵.

Para finalizar esta parte do artigo e apresentar nossas considerações acerca da situação dos cientistas e pesquisadores no âmbito do fenômeno *fuga de cérebros brasileiros*, destaco alguns dados, ainda que aproximados, disponíveis em diferentes páginas da *internet* (vide referências bibliográficas) de universidades e agências de fomento nacionais e americanas apenas para que tenhamos a dimensão *mais salarial* do assunto que abordamos.

A bolsa anual de um pesquisador em nível de mestrado (com recursos da própria universidade ou privados) nos Estados Unidos fica, em média, em torno de 100 mil reais por ano (aproximadamente, 10.000 reais por mês), além de o aluno receber ainda uma quantia extra para cobrir os custos da anuidade do curso e, na maior parte dos casos, também do alojamento universitário. Aqui no Brasil, a bolsa anual de pesquisador no mesmo nível é de, em torno, 9.600 reais anuais, ou seja, 800 reais por mês, sem nenhum outro benefício, sendo que, se este mestrando estudar em alguma instituição particular de ensino, terá que pagar mensalidades do curso não inferiores a 500 reais. Numa matemática muito elementar, concluímos que: o que o mestrando brasileiro recebe no ano, o mestrando nos EUA recebe no mês; e o que o mestrando nos EUA ganha por mês não é salário da maior parte dos professores doutores — que ainda não estão desempregados — no Brasil.

E assim, partimos para as considerações finais deste artigo e perguntamos: quais os motivos reais que farão com que os 7.672 estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação nos EUA⁶ voltem para o Brasil?

5. <http://www.usp.br/prp/aprp.html> obtida em 15 de fevereiro de 2007.

6. Dados disponíveis no site da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html

Considerações Finais

Quando essas situações se tornam sem saída, é preciso renunciar e recriar, aceitar perder, para poder refazer. (Pierre Dominicé, p.349)

Conforme Marmora (2002), os *cérebros*, quando se estabelecem como residentes nos países de recepção, fazem remessas de dinheiro para seus países de origem e ainda promovem parceria entre as universidades dos países que os acolheram com as dos seus países de origem, contribuindo para com a sociedade que, por meio do pagamento de impostos, os formaram.

Do nosso ponto de vista, o pesquisador ou cientista que emigra não é aproveitado da melhor maneira pela sua sociedade de origem. Ou seja, há uma perda de capital. Assim, de acordo com Bourdieu (1998), os emigrantes levam para outros países um conjunto de habilidades, experiências, qualificações e relações sociais que constituirão um *capital cultural/social* que, ao contrário do capital material, se valoriza com o tempo.

Dessa forma, surge a questão: o que fazer para evitar as emigrações de pessoas altamente qualificadas? A resposta, conforme apontada na parte anterior deste artigo, é unívoca, no sentido de afirmar a necessidade de mais verba destinada à educação e à pesquisa e vontade política. Nas palavras da pró-reitora de pesquisa da USP:

Se as regras vigentes atrapalham em vez de ajudar e vão contra o bom senso são elas que têm que ser mudadas. O bom senso tem que prevalecer! O Brasil tem um sistema bancário extremamente ágil e a votação com urnas eletrônicas tornou-se um orgulho nacional. Em 48 horas é possível apurar os votos de mais de 100 milhões de brasileiros em um país com dimensões continentais como o Brasil. Ora, por que não é possível importar um produto de pesquisas com a mesma velocidade?

Entretanto, neste quadro de miséria social, questionamos se é apenas a falta de investimento que coloca em risco a produção de conhecimento no Brasil. Dizemos que não, pois dentre os vários motivos — como a proliferação de instituições de ensino superior que não se preocupam com qualidade de ensino e o sucateamento de diversas instituições pú-

7. <http://www.usp.br/prp/aprp.html> obtida em 15 de fevereiro de 2007.

blicas e privadas — destacamos que a estrutura das próprias universidades — preponderantemente no Brasil —, a organização e o *modus operandi* das universidades públicas pode ser um fator que emperra o desenvolvimento pessoal e profissional de seus pesquisadores.

Nesta possibilidade, o excerto da reportagem abaixo, de S. Bittencourt, free-lance para a *Folha de S.Paulo*, de Heidelberg, de 30/03/2004 torna-se inspirador na tentativa de discutirmos o clima sócioafetivo da universidade brasileira:

Após 13 anos trabalhando como pesquisador na área de biologia molecular, o inglês Karl Gensberg, 41, pretende abandonar a carreira acadêmica no mês que vem, quando termina seu contrato temporário com a Universidade de Birmingham (Inglaterra), e adotar uma nova profissão: encanador. A razão? A possibilidade de ganhar até o dobro do que obtém como pesquisador, £ 23 mil por ano (cerca de R\$ 130 mil). O caso de Gensberg foi explorado à exaustão no mês passado pela mídia britânica.

Perguntamo-nos: seria apenas a questão salarial que expulsou este pesquisador da referida universidade inglesa? Teria Gensberg a mesma realização pessoal como pesquisador ou encanador?

Voltemos ao Brasil.

A universidade, assim como a sociedade brasileira, revela uma estrutura social fraturada: reproduz-se, institucionalmente, um divisor social para o qual a detenção de mérito e a aquisição de conhecimentos se revelam insuficientes para anular determinados estigmas. Este divisor separa a universidade em pelo menos dois grupos: a) os indivíduos incluídos socialmente e também integrados na universidade; e b) os indivíduos excluídos socialmente que ingressaram na universidade em busca da inclusão social, via instituição escolar, e que são vítimas das artimanhas da exclusão institucional. Ou seja, apresentamos a possibilidade de que em muitas instituições de pesquisa ocorra um sistema de *inclusão perversa* (Foracchi, 1982), em que algumas unidades recebem mais verba para a pesquisa do que outras e que, dentro das unidades, pessoas, independentemente do mérito de seus trabalhos, tenham mais condições para realizá-los.

Ora, neste momento, passamos a questionar qual, ou quais as funções da universidade nos dias de hoje. Retomemos a palavras de Roberto Romano (2003):

Contra as teses populistas, enfim, outro lado da perversidade burocratizante, precisamos definir, sem paradoxo algum: a função social da universidade é de ser universidade, deixando de constituir-se numa caixa de ressonância de interesses partidários, ideológicos, religiosos. Estes últimos perseguem seus fins, legítimos na instância devida. Nos campi, todos são bem-vindos, desde que não desejem reduzir o saber ao metro curto de seus alvos conjunturais⁸.

Nós, modestamente, acrescentaríamos que a universidade não deveria conceber os interesses de cunho absolutamente pessoal. Porém, sabemos que muitos dos protagonistas destas instituições, longe de serem inventores, cérebros, descobridores, tornam-se oportunistas, exploradores de vidas miseráveis, vaidosos e arrogantes. Os artifícios deste processo de particularizar o universal aparecem, na maior parte das vezes, como resultantes das contigüidades entre os procedimentos de ordem científica e os de ordem burocrática. Do nosso ponto de vista, inúmeros pesquisadores, professores passam por uma carreira brutal de humilhação social e profissional no seio das universidades que, tendo em vista o estado emocional a que são reduzidos, conseguiriam apenas fazer colares de miçangas.

Deste modo, as razões apontadas impossibilitam a construção da identidade de pesquisador em muitos dos profissionais brasileiros nas universidades. Isto porque eles sentem-se desvalorizados pelas políticas públicas e são rejeitados no âmbito das próprias instituições.

Como sempre, a Escola exclui; mas, a partir de agora exclui de maneira contínua, em todos os níveis (...) e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados. Por conseguinte, esses excluídos do interior são votados a oscilar — em função, sem dúvida, das flutuações e das oscilações das sanções aplicadas — entre a adesão maravilhada à ilusão que ela propõe e a resignação a seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente. (...) [alguns renunciam] às aspirações escolares e sociais que a própria Escola lhes havia inspirado, e, em suma, forçados a diminuir suas pretensões, levam adiante, sem convicção, uma esco-

8. <http://www1.folhauol.com.br/folha/brasil/ult96u51243.shtml> obtida em 16 de fevereiro de 2007.

laridade que sabem não ter futuro. Passou o tempo das pastas de couro, (...) do respeito devido aos professores (...) (Bourdieu e Champagne, 1998, p.224).

Este grupo de pesquisadores, os *incluídos perversamente*, ou calam-se e destroem-se, ou buscam lutar e salvar-se mais uma vez da perversidade inerente aos nossos dias. Procuram construir pontes entre as partes constituintes de uma sociedade e de uma universidade visivelmente fraturadas; quem sabe até emigrem, mas, duvidamos se tal partida será na condição de *cérebro* ou de *músculos*.

Muitos dos pesquisadores brasileiros — dos *cérebros* ou dos *futuros cérebros* que poderiam emigrar — encontram-se em uma situação de desafiliação ou ainda de ruptura do processo identitário de pesquisador e, neste contexto, podem se culpabilizar por serem como e quem são, inclusive por serem simplesmente brasileiros. Muitas vezes, procuram, no senso que Foucault atribui a disciplina, enquadrarem-se no interior da instituição universitária brasileira para não sentirem, mais uma vez, a exclusão incansavelmente provada em âmbito maior da vida na sociedade brasileira ou no exterior, seja nos centros de produção de conhecimento seja em outros locais de trabalho, e, por conseguinte, eles se deparam e se decepcionam perante um palco de encenações acadêmicas cujos atores discutem pautas em intermináveis e sucessivas reuniões nas quais o poder, de natureza pessoal, ou ainda, os chamados *micropoderes foucaultianos*, estão sempre presentes, vigorosos e atuantes.

Até onde temos conhecimento, investimentos substanciais e necessários não têm ocorrido nas universidades e centros de pesquisa nacionais. Caso esta política do abandono persistir, duvidamos que o Brasil tenha algum *cérebro* para exportar e/ou que algum país desenvolvido aceite algum graduado ou pós-graduado brasileiro para desenvolver trabalhos de investigação em universidades ou centros de pesquisa. Continuaremos a exportar domésticas, babás, garçons, dentre outras profissões, todos devidamente diplomados nas instituições brasileiras.

Muitos de nós, graduados e titulados — e mesmo aqueles estudantes brasileiros que estudam nos EUA — talvez permaneçamos aqui mesmo, porquanto inúmeras oportunidades de trabalhos menos qualificados nos esperam no exterior e, com elas, todos os preconceitos pertinentes ao “ser brasileiro”, exemplo máximo encontrado na figura do jovem Jean Charles de Menezes que foi morto a tiros no metrô pela polícia londrina ao ser confundido com um terrorista.

Em suma, talvez não precisemos nos preocupar com a *fuga de cérebros brasileiros*. Ela não ocorrerá em breve. Talvez ainda, acomodemo-nos covardemente à falta de verbas e à burocracia *kafkaniana* existente em nossas universidades, que tem facilitado a *metáfora* também *kafkaniana*, transformando-nos em insetos, ou como diria Henfil em seu *Diário*: em *cucarachas*.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P. (1998). “Os excluídos do interior”. In: NOGUEIRA, M. e CATANI, A. (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. Artigo 52 da Lei 9394/96 de 20/12/96 — Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.
- DOMINICÉ, P. (2006). “A formação de adultos confrontada pelo imperativo biográfico”. In: *Educação e Pesquisa — Revista da Faculdade de Educação*. v.32, n.2, 210 p., maio/ago.
- FORACCHI, M. M. (1982). *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- GONÇALVES FILHO, J. M. (1990). “Humilhação social — um problema político em Psicologia”. In: *Psicologia USP*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. Vol. 1, n. 1.
- HENFIL (1983). *Diário de um cucaracha*. Rio de Janeiro: Record.
- MÁRMORA, L. (2002). *Las políticas de migraciones internacionales*. Buenos Aires: Paidós.
- ROMANO, R. “As funções sociais da universidade”. In: BRANDÃO, Z., WARDE, M. J., IANNI, O. *et al.* (1992). *Universidade e Educação*. Campinas/São Paulo: CEDES/ Ande/ Anped.
- SAWAIA, B. (1999). “Introdução: exclusão ou inclusão perversa?”, In: SAWAYA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Sites visitados

- ROMANO, R. in <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51243.shtml> obtida em 16 de fevereiro de 2007.
- VALDEJÃO, R. de G. in *Jornal da Ciência*, 29 de Janeiro de 2007 obtida em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51243.shtml>.
- ZATZ, M. in <http://www.usp.br/prp/aprp.html> obtida em 15 de fevereiro de 2007.

Dados estatísticos sobre os EUA: http://www.oecd.org/home/0,2987,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html obtido em 15 de fevereiro de 2007.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=6320&FlagNoticias=1&Itemid=6469> obtida em 22 de março de 2007.